

## CAPÍTULO XI

### O USO DAS ESCRITURAS

Os crentes devem precisar por si mesmos quais sejam os verdadeiros pontos de sua fé, mediante a posse das Escrituras numa língua que todos entendam, porque as regras dadas pelos prelados não devem ser aceitas como artigos de fé, a não ser que também se baseiem nas Escrituras. – João Wyclif.

As Escrituras não foram dadas para ser um livro morto, como as velhas liturgias siríacas e outras se usam no culto público do santuário, sem que as entendam os assistentes. Elas não tiveram como destino a clausura num relicário conventual ou entre capas de prata – qual tesouro demasiadamente sagrado para se por em circulação. As Escrituras são a regra viva de fé e ensino cristão. Como devem elas ser usadas? Devem ser livremente postas nas mãos de todos os homens, ou devem ser reservadas a uma classe? Na resposta à pergunta acima devem ser apreciados os seguintes pontos: o cânon ou a extensão das escrituras, seu texto autorizado, sua circulação e sua interpretação. Este último ponto será considerado sob o título – A Igreja e suas funções.

**I. O cânon das escrituras.** - Em relação ao número de livros da Escritura, conhecido como o cânon, as comunhões Romana e Protestante afortunadamente aceitam um mesmo Novo Testamento, sem adições ou variações de texto. Quanto ao Velho Testamento, elas divergem, adicionando a igreja romana aos trinta e nove livros que constituem o cânon protestante, oito livros mais: Tobias, Judite, a Sabedoria de Salomão, Eclesiástico, a Sabedoria do filho de Sirac, Baruc, os dois livros dos Macabeus e mais algumas adições aos livros de Daniel e Ester. Estes livros, conhecidos entre os protestantes como *Apochrypha* do Velho Testamento, foram colocados pelo Concílio de Trento no mesmo pé de igualdade com o resto do Velho Testamento, sendo punida com anátema a negação de sua autoridade igual à dos outros livros. Nas primitivas bíblias protestantes, os apócrifos eram também incluídos, mas colocados em lugar secundário, reconhecendo-se-lhes o mérito de repositório de conselhos sábios e notícias de fatos históricos, mas sem autoridade doutrinária. Em sua edição de 1534, Lutero aludiu àqueles livros como “úteis”, mas lhes negou autoridade igual à dos trinta e nove livros. Os XXXIX Artigos, após terem posto à margem alguns dos apócrifos,

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

declararam o resto útil “como exemplo de vida e para instrução acerca de costumes, mas não aplicáveis ao estabelecimento de qualquer doutrina”.

Os apócrifos são de valor para a igreja romana, em razão do apoio textual que elas facultam às doutrinas do purgatório e do culto dos santos. Por outro lado, em virtude de seus contos maravilhosos, eles causam tremendo choque à fé criteriosa. Jerônimo, que lhes assinalou um lugar subalterno, assumiu a posição de que eles não servem para o estabelecimento de doutrinas. Os protestantes rejeitam os apócrifos pelos seguintes motivos: 1. Eles não pertencem ao cânon hebraico, como o atesta Josefo. A igreja romana adotou o cânon Alexandrino, usado pelos judeus da Dispersão. 2. Nenhum dos apócrifos é citado no novo Testamento, argumento que perde parte de sua força, em presença do fato de que o Cântico de Salomão, Ester e outros livros canônicos do Velho Testamento, também não foram citados no Novo.

**II. O texto da Escritura que exerce autoridade.-** Para os protestantes, as Escrituras no hebraico e no grego, línguas em que foram escritas, são de autoridade final. A igreja romana atribui igual autoridade à tradução latina, feita por Jerônimo, cerca do ano 400 e conhecida como a Vulgata. Por mil anos a Vulgata foi praticamente a única bíblia conhecida e lida na Europa ocidental. Todos os comentários se baseavam no texto da Vulgata. Dela se faziam as citações. Nela baseavam seus sermões Bernardo e outros pregadores. Por ela Wyclif e seus auxiliares prepararam as versões inglesas. O Breviário e o Missal reproduzem textos dela. Quando a arte de impressão se instituiu, as bíblias Vulgata figuraram entre as primeiras publicações impressas. A edição conhecida como Mazarina ou Bíblia de Gutenberg, publicada entre 1450 e 1455, foi provavelmente o primeiro livro impresso.

No tempo da Reforma, os romanistas continuaram a cingir-se à Vulgata. Por outro lado, Reuchlin e Erasmo estabeleceram o costume de basear os comentários no original hebraico e grego. Os líderes protestantes seguiram o exemplo daqueles humanistas, estudando as línguas antigas no propósito de lerem a Bíblia como saiu das mãos de seus autores. As traduções de Lutero e Tyndale, respectivamente, para o alemão e o inglês, foram feitas diretamente do grego e do hebraico. Sobre o texto original, Calvino e outros Reformadores escreveram seus comentários.

O Concílio de Trento, repelindo o princípio axiomático de que o original de um documento deve ser preferido à tradução, decretou a Vulgata equiparada aos textos

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

hebraico e grego. Estabelece o decreto: “Se alguém não receber como sagrados e canônicos os livros do Velho e do Novo Testamento, inteiros e em todas as suas partes, como se contém na velha edição Vulgata, e conscientemente os condenar, seja anátema”. O Concílio ainda ordenou que “a velha edição Vulgata, que pelo extenso uso de tantos séculos tem sido aprovada na Igreja, seja usada nas leituras públicas, discussões, sermões e exposições. Ela deve ser tida como autêntica e ninguém ouse rejeitá-la sob nenhum pretexto que seja”. Essa ação arbitrária foi reafirmada pelo Concílio do Vaticano.

Zeloso da versão latina, o cardeal Belarmino chegou a afirmar que onde a Vulgata diverge do texto hebraico, é provável que a Vulgata tenha seguido um texto melhor do que o das bíblias hebraicas de seu tempo. A igual autoridade, que nivela a Vulgata e o texto original, o cardeal a deduziu do uso que dela fizeram os Padres e da decisão do Concílio de Trento, baseando-se também em que, como os hebreus possuíam o Velho Testamento na língua que eles entendiam e os gregos o Novo Testamento em sua própria língua, assim o Senhor entendeu que os latinos deviam ter sua Bíblia na língua latina. O argumento exigiria uma versão da Bíblia em cada língua que há debaixo do céu.<sup>1</sup> Em vista dos erros em que a Vulgata incide, os estudiosos de assuntos bíblicos, filiados à comunhão romana, estão colocados em posição crítica, ante os decretos do Concílio de Trento e certas encíclicas de pontífices romanos.

O texto da vulgata não pode ser de autoridade, porque ele desvirtua o pensamento dos escritores originais em vários pontos doutrinários, como quanto aos méritos de Maria e quanto aos pretensos argumentos do matrimônio e da penitência.

1. As palavras de Gênesis 3:15: “ela esmagará a cabeça da serpente”- *ipsa conteret caput tuum*, quando a lição do original é: “ele esmagará”. A promessa se refere a Cristo. A aplicação da passagem é falsamente feita, até hoje, a Maria, nas publicações católicas romanas, para lhe provar a suposta posição altíssima no esquema da Salvação. Maria – diz um escritor – *Am. Cath. Rev.*, jan. 1922 – “compreendeu que era a mulher predita do Gênesis; que ela esmagaria a cabeça da serpente – a espantosa criatura nova que Deus havia mostrado a Jeremias” – 31:22. A recente tradução italiana do Pentateuco, que apareceu com aprovação pontifícia, igualmente traduz a passagem: “ela esmagará tua cabeça”, acrescentando em nota ao pé da página, mas sem assinalar que a tradução fosse falsa, que “a descendência da mulher vencerá o diabo, do mesmo modo

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

por que um homem esmaga a cabeça de uma serpente. A descendência da mulher é, em geral, a raça humana, mas principalmente o salvador Jesus Cristo”. A versão Douai, seguindo a Vulgata, acrescenta uma nota que definitivamente confirma a impressão errônea de que Maria era quem devia esmagar a cabeça da serpente.<sup>2</sup> Belarmino – 1:12 – assegura que todos os manuscritos da Vulgata não têm o pronome feminino – “ela”; e então, descambando para a perversão eclesiástica, tenta explicar que a forma feminina não é “lição improvável”. Em sua “História da Bíblia”, para estudantes americanos, pgs. 11, 130, o bispo Gilmour diz que “nela, na mãe de Deus, se cumpriu a promessa feita no jardim do paraíso, que a mulher esmagaria a cabeça da serpente... Disse Deus que poria inimizade entre a serpente e a mulher, mas no fim a mulher esmagaria a cabeça da serpente”.

2. Um segundo erro de considerável alcance é a tradução de Efésios 5:32: “Este é um grande sacramento”, erro igualmente repetido na versão Douai. Para os católicos romanos, trata-se de um conhecido texto probante do caráter sacramental do matrimônio. A palavra é, no grego, “mistério”, e não sacramento. Paulo estava falando, não de uma transação entre duas pessoas, mas da união mística de Cristo com a Igreja.

3. A Vulgata traduz a palavra grega *metanoieite* em Mat. 3:2, Atos 2:38 e em outros lugares, como *agite poenitentiam* – “fazei penitência”, quando aquilo significa “mudai vossa mente”. O erro foi repetido na versão de Rheims. A tradução inteiramente desfigura o ensino dos escritores apostólicos. A palavra não se refere a uma transação externa, mas a um estado interior de mente. Quando Lutero escreveu as XCV Teses, não conhecia ainda a significação da palavra grega.

**III – A circulação das Escrituras.-** Para o protestante, a Bíblia é um livro popular, tanto pra o lar como para o santuário, tanto para a choupana como para o gabinete do erudito. Traduzida para a linguagem do leitor, ela será tão livre como o ar e a luz do sol. É o livro da vida, a mensagem do Evangelho. Como é franca a mensagem para todos os que a aceitem, assim o volume que contém a mensagem deve ser aberto a todos os que queiram ler. Quem sonharia em reservar a Constituição Americana a uma classe privilegiada, isto é, aos membros do Congresso e a nossos juízes! O prefácio à tradução inglesa de Coverdale define adequadamente o caso do século XVI, quando assemelha a reabertura da Bíblia e o anúncio de suas mensagens pelos Reformadores protestantes à recuperação do Livro da Lei, sob “aquele nobre rei Josias”.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Na Igreja Romana, é bastante que o sacerdote tenha a Bíblia. Suas mensagens, assim ensina ela, estão seguras em suas mãos, e ele as transmite segundo julgue oportuno. Ele é seu expositor oficial. Para evitar que seja mal interpretada, restringe-se-lhe o uso no que se refere aos leigos e sua livre distribuição se proíbe. Essa política que tem sido a política oficial do papa, começou em 1199, tornando-se o sacerdote o único ou o principal guardião do Sagrado Escrito, que lhe confere uma autoridade quase sobrenatural.

Numa tentativa de desmentir a acusação de que a igreja romana tem astuciosamente embaraçado a circulação ampla das Escrituras, exclama o cardeal Gibbons: “Deus não permita que alguém conclua que a igreja católica se oponha à leitura da Bíblia ou que ela seja inimiga da Bíblia! A igreja católica inimiga da Bíblia! Bondoso Deus! Que monstruosa ingratidão! Que calúnia vil se contém naquela afirmativa! Do mesmo modo podíeis acusar a Virgem mãe de tentar esmagar em seu seio o Salvador criancinha; bem podíeis acusar os estadistas patriotas de tentativa de destruição da Constituição de seu país, quando intentam livrá-la de mutilação por parte de demagogos sem princípios!” Quais sejam os “demagogos sem princípios”, que mutilam as escrituras, o cardeal deixa que seus leitores decidam. Pretenderá incluir entre eles Wyclif, Tyndale e os letrados que prepararam as versões inglesas de 1611 e 1885? O cardeal embaralha as idéias, habilmente desviando a atenção do assunto – a livre circulação de exemplares das Escrituras – para a questão de se saber se os exemplares da Bíblia foram ou não cercados de respeito durante a Idade Média. Em vez de provar que a livre leitura das Escrituras em vernáculo, que é a questão em foco, tem sido estimulada pelas autoridades romanas, ele se desvia para a afirmativa de que as Escrituras foram preservadas pela Igreja na Idade Média – matéria acerca da qual os protestantes nunca levantaram dúvidas. Ninguém põe em dúvida o fato de que durante a Idade Média a Igreja salvou os manuscritos da bíblia latina. Como poderiam eles ter sido salvos por outro meio? Mas a Igreja aí se deteve. Não traduziu as Escrituras para as línguas dos povos a que chegaram as Missões da Idade Média, dos povos da França primitiva, da Britânia, do Peru e México. Durante a Idade Média, eram raros, mesmo entre os sacerdotes, os exemplares da Vulgata Latina. Na Inglaterra, muitos dos sacerdotes não compreendiam o latim; e nos testamentos ingleses que chegaram até nós, somente meia dúzia de vezes se menciona a Vulgata, como um dos bens do testador.<sup>3</sup>

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

O cardeal Belarmino dá as seguintes razões em abono da restrição das Escrituras às três línguas empregadas na inscrição posta sobre a cruz e para desencorajar as traduções: 1. Os Apóstolos escreveram, não na língua do Oriente ou nas línguas de Espanha, Egito e Gália, mas se contentaram com o hebraico e o grego e, “como dizem alguns”, com o latim. Talvez Marcos tenha escrito em latim. 2. A Vulgata Latina tem sido usada por séculos em Espanha, Gália e outros países cristãos. 3. A Vulgata é um meio de preservar a unidade da Igreja e seu culto. 4. As traduções em língua vulgar teriam de sofrer freqüentes alterações para se conformarem ao uso mutável da linguagem. 5. O serviço da Igreja exige uma língua solene, tal como é o latim. 6. Se o povo tiver em sua própria língua narrativas como as do adultério de Davi, e passagens como: “Deixa que eu te beije com o beijo de meus lábios”, do Cântico de Salomão, ele se terá por justificado nas práticas corruptas. A esses argumentos pode-se acrescentar o conselho de Afonso de Liguori, autoridade recente, que, sendo inquirido sobre a irmã Maria Josefa, uma freira de Frasso, fora proibida por seu confessor de ler um exemplar italiano dos Evangelhos, respondeu: “As mulheres, e especialmente as freiras, não devem ler livros daquela espécie, e menos ainda se traduzido em língua vulgar”. Dando essa opinião, o santo recordava como santa Teresa se recusara a receber uma freira, que consigo trouxera uma Bíblia para o convento, dizendo: “as freiras devem relacionar-se com a Bíblia somente através de sermões e de seus confessores”. O cardeal Newman declarou que a Bíblia traduzida para o inglês é a cidadela da heresia. Se Petronila fosse realmente filha de Pedro, a prática da Igreja romana parece estranhamente estar em desacordo com o fresco das catacumbas, que a representa apontando para um volume, provavelmente a santa Bíblia, colocada num cofre ao seu lado. Teria o primitivo artista pretendido significar que o livro era para se reverenciar, mas não para se ler?

O cardeal Gibbons diz que “aquilo que o Código Civil é para o cidadão, a Escritura é para o cristão. O que é bom para o clero deve ser também bom para os leigos”. Seria ocioso insinuar que aquelas palavras expressam a opinião particular do escritor. Aquela opinião é desmentida por pronunciamentos oriundos de autoridades mais altas do que a autoridade cardinalícia. Aqueles pronunciamentos ele não os menciona, nem menciona ele próprio que não havia tradução da Bíblia entre os celtas da Grã-Bretanha e Irlanda e que os jesuítas no Canadá e os padres espanhóis que operaram na parte sul da América do Norte e na Califórnia, não traduziram sequer uma folha da Bíblia para a língua dos nativos.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Por outro lado, o princípio protestante, conforme foi expresso na Confissão de Westminster, declara: “Em razão de ter o povo de Deus ordem de ler e examinar as escrituras, estas devem ser traduzidas para a língua vulgar de toda nação a que elas chegarem, de modo que, habitando a Palavra de Deus abundantemente em todos, possam prestar-lhe culto de modo aceitável e, através da paciência e consolação das Escrituras, possam ter esperança”.

O argumento protestante, em abono da veiculação ampla das Escrituras se retira das próprias Escrituras, cujo testemunho é corroborado pela prática da Igreja primitiva e pela compreensão dos povos em meio dos quais as mesmas Escrituras têm sido livremente divulgadas.

**§ 1. O testemunho das próprias Escrituras.** – Os escritores do Novo Testamento estavam habituados ao conhecimento popular da Lei e dos Profetas. Aos sacerdotes fora recomendada a leitura da Lei em presença de todos – Deut. 31:33; Mal. 2:7. Nos tempos do Novo Testamento, as velhas escrituras eram lidas aos sábados, nas sinagogas. O eunuco estava lendo Isaías quando Filipe com ele se encontrou. Os bereanos foram expressamente louvados por as examinarem – Atos 8:28-32; 13:38; 17:11.

Em face do Novo Testamento, é evidente que os escritores esperavam que aquilo que escreveram fosse lido sem restrição. Paulo diz que aquilo que ele escrevera podia ser entendido – II Cor. 1:13. Os colossenses foram orientados pelo Apóstolo no sentido de que, após terem lido a carta a eles dirigida, transmitissem-na a Laodicéia, para que ela fosse lida pelos irmãos dali, lendo também aqueles o que lhes pudessem transmitir os de Laodicéia, Col. 4:16. Do mesmo modo, sua primeira carta a Tessalônica devia ser lida por todos os crentes naquela cidade, conforme instruções do Apóstolo. A epístola aos Romanos não foi endereçada a quaisquer líderes ou a uma classe especial da congregação romana, mas “a todos os que estão em Roma, chamados para serem santos”. A epístola aos Efésios foi dirigida a todos os santos que estavam naquela cidade. Pedro escreveu sua primeira carta aos judeus espalhados pela Ásia Menor e a segunda a todos os que haviam alcançado fé igualmente preciosa. O autor do livro de Apocalipse invoca uma bênção especial sobre os que lessem suas páginas. Se essas injunções foram feitas aos leitores da era apostólica, sem exceção, por que não seriam elas aplicáveis a esta quadra? O conteúdo da Bíblia não é mais difícil de entender hoje

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

do que o foi há dezenove séculos, e o perigo de ser mal interpretado ou pervertido pelo leitor comum não é hoje maior. O livro é tão claro como se pode esperar seja qualquer volume que trate de altos mistérios. Se as dificuldades fossem razão bastante para a ocultação das Escrituras, o mais erudito seria excluído da leitura delas.

Duas passagens têm sido apresentadas para modificar aquele conceito. Pedro fala de pessoas ignorantes e inconstantes, que torciam as epístolas de Paulo e outras Escrituras, para sua própria perdição – II Ped. 3:16. O escritor não aconselhou a ocultação dos escritos de Paulo ao leitor, nem estava ele tratando de seu uso popular. Apenas censurava o abuso deles por parte de uma certa classe de gente. A segunda passagem é a de Nosso Senhor, proibindo que se lançassem pérolas diante dos porcos. Essas palavras foram utilizadas há seiscentos anos, pelo Chronicler Knighton, para a circulação da bíblia de Wyclif. A passagem se presta igualmente à distribuição de todo conselho bom e toda coisa boa. Coisa alguma de valor deve ser atirada aos que intentem maliciosamente abusar do que se lhes dá. Não se dão jóias a crianças, nem se arranjam concertos para selvagens.

**§ 2. As Escrituras na igreja primitiva.** – Circulavam livremente as Escrituras, nos primeiros séculos cristãos. Multiplicam-se os testemunhos de que a política era a de colocar exemplares nas mãos do povo, assim como gravar seus preceitos em seu coração. Todos eram excitados a ler as Escrituras em particular, assim como a ouvirem sua leitura perante a congregação. Elas não se limitavam aos textos hebraico e grego, como se houvesse alguma coisa de sagrado naquelas línguas. Teodoreto afirma, embora com exagero retórico, que, em seu tempo, as Escrituras “estavam traduzidas em cada língua”. Escrevendo aos Coríntios, Clemente de Roma apelava para o conhecimento que eles tinham da Bíblia. Policarpo caracteriza os Filipenses como bem instruídos nas Escrituras e, antes dele, Inácio empregava expressões dos Evangelhos que nos são familiares. Os apologistas cristãos aconselhavam os pagãos a lerem os Sagrados Escritos. Um dos mais antigos entre eles, Aristides, cerca de 130, dando aquele conselho, dizia: “Tomais os escritos cristãos e lede”. Tinham-nas em mãos as seitas dos gnósticos; e Flora, uma de suas correligionárias, era lembrada por seu mestre, Ptolomeu, como pessoa que havia lido os livros de Moisés e os Evangelhos.



## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Desde os tempos primitivos, como nos assegura Justino Mártir, o culto público incluía a leitura de uma porção da Escritura e, começando com Ireneu, os escritores, numa corrente contínua, dão testemunho do costume de se lerem em casa os Sagrados Escritos. Tal leitura, feita por marido e mulher, foi colocada por Clemente de Alexandria e Tertuliano entre os elementos do lar perfeito. Quando os lares não possuíam cópias, assim refere Tertuliano, era costume dos que a possuíssem saírem a ler as Escrituras naquelas casas. Cerca de 250, o grande eclesiástico Cipriano, escreveu que a vida do cristão seria de constante oração ou leitura; no primeiro caso, falando o homem com Deus e, no segundo, Deus falando conosco. Ao mesmo tempo os cristãos eram prevenidos contra a leitura dos Evangelhos apócrifos. O eremita egípcio, Santo Antônio, embora não pudesse ler, sabia de cor muito das escrituras e costumava começar os discursos dirigidos a seus confrades ermitães, fazendo uma declaração antipapal: “As Santas Escrituras nos dão instrução suficiente”.

Em período posterior, cerca de 400, temos em Crisóstomo um advogado fervoroso da livre leitura da Bíblia. Ele proferia sermões sobre o assunto e insistia com seus ouvintes a não somente lerem, mas a guardarem-na de memória. Comparou a Bíblia a uma caixa de remédios, mina de riquezas, prados verdejantes e torrentes de águas puras. Como o militar – assim ensinava ele – estuda a arte da guerra e o carpinteiro e o navegante os princípios de seu ofício, assim deve o cristão recorrer ao Evangelho, aos Atos e às Epístolas como “seus constantes mestres”. O mais pobre devia recorrer a eles como recorrem a suas ferramentas para executar seu trabalho. Os pais os deviam ler a seus filhos. Crisóstomo exortava a gente que possuía cópias em caracteres dourados, não as guardarem presas em cofres e não lidas. Encarecia o hábito da leitura delas antes de recolher-se. Lembrai-vos – exclamava ele – do eunuco que, embora bárbaro de nascimento, sobrecarregado de inúmeros cuidados e incapaz de entender o que lia, não obstante, lia, assentado no carro. Como o diabo evita o edifício da igreja onde um exemplar dos Evangelhos se encontra, assim ele foge da alma santificada pela leitura dos livros sagrados. Todo argumento apresentado pelos católicos romanos, ao tempo da Reforma ou depois dela, contra o uso popular das Escrituras, foi respondido pelo grande pregador de Constantinopla e estudioso da Bíblia. No Ocidente, Agostinho encarecia a simplicidade das Escrituras, que as tornava adaptáveis à capacidade dos recém-nascidos e das crianças de peito. Mais de um século depois, escrevendo a Teodoro, médico imperial, Gregório o Grande lamentava que, em seu apego aos

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

negócios seculares, o mesmo Teodoro havia negligenciado a “leitura diária” das palavras do Redentor; pois, o que eram as Escrituras – continuava ele – senão carta de Deus a suas criaturas? Ignorá-las constituía negligência tão grande, como ignorar os decretos do Império. – Mirbt. p. 98.

**§ 3. As restrições medievais.** – Os decretos oficiais proibindo aos leigos a posse da Bíblia ou restringindo seu uso, começaram com um decreto de Inocêncio III, em 1199. É significativo que esse decreto fosse publicado numa época em que os sinais de heresia começavam a aparecer na Europa e surgiam os primeiros sintomas de cultura geral. Quatro períodos se podem assinalar na história dos pronunciamentos papais sobre tal assunto: 1) - A época em que os heréticos Valdenses e os Cathari começaram sua obra cerca de 1200; 2) - A época da reforma Protestante; 3) - A época em que surgiu o Jansenismo em França, cerca de 1650; e 4) - A época das modernas Sociedades Bíblicas, a partir de 1800.

Quando a heresia subitamente apareceu no sul da França e no norte da Itália, pelos fins do século XII, uma de suas feições características era o uso franco da Bíblia em traduções feitas para as línguas compreendidas pelo povo. Nos autos de milhares de julgamentos a que os Cathari responderam por sua fé, a acusação habitual era a de que eles usavam o Evangelho de João. Seus contemporâneos, os Valdenses, introduziram traduções do Novo Testamento e Salmos na Itália e mais para o norte. Na Áustria, suas Bíblias em vernáculo os colocaram sob condenação do inquisidor. Whittier, em seu *Mestre Valdense*, seguindo uma antiga história, pôs estas palavras nos lábios de um errante bufarinheiro valdense:

-Oh! Formosa dama! Tenho ainda uma gema que maior brilho espalha do que o luzir diamantino da coroa preciosa na fronte altiva dos reis. Uma pérola maravilhosa de excessivo preço, cujo valor não desmerece, cujo fulgor te seria como um encanto e uma bênção em teu caminho!”

O edito de Inocêncio III foi motivado pela notícia de que, em Metz, um grupo de heréticos estava lendo os Evangelhos e outras porções da Escritura em tradução gaulesa. O notável pontífice fala da “multidão de leigos e mulheres” de Metz que desprezavam os sacerdotes e ousavam reunir-se em assembléias secretas, comunicando uns aos outros o conteúdo dos Evangelhos, das Epístolas de Paulo e dos Salmos. Ele louvou o desejo de compreender as Escrituras, mas, ao mesmo tempo,

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

proibiu que a “gente ignorante e inculta” as usasse, dando como razão a profundidade de seu conteúdo. Advertia ele que, como por prescrição da antiga Lei o animal que tocasse o santo monte deveria ser apedrejado, assim, sob a Lei cristã, a massa inculta e vulgar não devia tocar na “sublimidade das Sagradas Escrituras, ou as pregar aos outros”.

O passo dado a seguir, pelo Sínodo de Toulouse, em 1229, indica o sentimento prevalecente, naquele período, em meio ao alto clero. O concílio proibiu aos leigos a posse de exemplares da Bíblia ou partes dela, ou mais positivamente – *arctissime* – possuí-las em traduções. Poucos anos depois, o sínodo local espanhol de Tarragona ampliou o decreto, proibindo aos sacerdotes as Bíblias em tradução vernácula, sob pena de serem acusados de heresia, ordenando-se, em casos tais, que todas as traduções fossem ter ao bispo e queimadas.

Contra essa atitude para com as Escrituras, Wyclif ergueu sua voz, no que foi seguido pelos Lollardos na Inglaterra e Huss e seus partidários na Boêmia. Ninguém jamais fez ecoar mais constante e mais claramente a mensagem, segundo a qual a Bíblia deveria ser colocada nas mãos de todos, do que Wyclif. Seus planos para a leitura da Bíblia pelos leigos eram, como o dr. Workman os definiu, nada menos do que uma revolução. “A substância da lei de Deus – insistia – deve ser ensinada naquela língua que seja mais conhecida”. Ele chamava ao Sagrado volume - o livro da vida, a lei de Cristo, o sistema católico – *fides catholica* – o livro que tem suprema autoridade, acima de papas e de todos os Concílios da igreja. Essas idéias ele as defendeu em sermão sobre sermão, livro sobre livro, e em sua *Verdade da Escritura*, obra de mil páginas, tida como seu trabalho culminante, e *opus evangelicum*. Proibir as Escrituras na língua materna ele o considerava pecado fundamental, por estar em desacordo com o dom pentecostal de línguas e o exemplo dado por S. Jerônimo, que preparou a vulgata para os leitores latinos de seu tempo. Ele assegurava que ninguém é “tão simples, que chegue ao ponto de não ser capaz de aprender as palavras e rudimentos do Evangelho, em dose suficiente à sua salvação”- *op. evang.* I:92 – e que “qualquer porção da Escritura Sagrada é de autoridade infinitamente maior do que decretais de não importa que espécie”- *de ver.* I:395. Essas idéias atraíram ferozes medidas por parte das autoridades inglesas. O ato que determinava a queima de hereges foi aprovado em 1402, poucos anos depois da morte de Wyclif, e um Sínodo reunido em Oxford proibiu, sob pena de incorrer em excomunhão maior, que alguém traduzisse a Bíblia por sua própria autoridade, ou que lesse semelhante tradução sem licença de um superior eclesiástico.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Quatro anos mais tarde, Arundel, arcebispo de Canterbury, condenou Wyclif como “aquele pestilento desgraçado, de execrável memória, sim, o precursor e discípulo do anticristo que, como complemento de sua perversidade, inventou uma nova tradução das Escrituras para sua língua materna”. Embora a condenação atirada contra as traduções wyclifistas não incluísse a condenação de traduções da Bíblia em geral, o fato é que nenhum arcebispo de Canterbury, ou outra autoridade eclesiástica inglesa, jamais ordenou que se fizesse qualquer tradução, ou promoveu qualquer movimento tendente à distribuição popular da Bíblia. Ademais, todos os grupos que possuíam partes dela, foram perseguidos, sendo os exemplares destruídos.

**§ 4. A política papal e as Escrituras.** – A segunda série de proibições papais, interditando a circulação das Escrituras, pertence ao período da Reforma Protestante. Antes que Lutero aparecesse, John Goch e outros Reformadores holandeses tinham insistido na superior autoridade das Escrituras sobre decretais e decisões de concílios, e no direito dos leigos apelar para elas. Nas vésperas da Reforma, Erasmo tomou forte posição em favor de sua divulgação em todas as línguas, exclamando: “Oh! Se a Bíblia fosse traduzida na língua de todos os povos, de modo que pudesse ser lida não só por escoceses e irlandeses, mas até pelos turcos e sarracenos!” O eminente humanista volvia a imaginação para o tempo em que o lavrador cantaria as Escrituras enquanto guiasse o arado, o tecelão as repetisse ao mover a lançadeira e o viandante cansado encontrasse refrigério em suas narrativas piedosas.

Entre 1466 e 1521, ano em que Lutero preparou seu Novo Testamento, dezoito diferentes impressões de uma versão ou de versões alemãs, foram divulgadas. Essa fora a única tradução em qualquer língua, durante os sessenta anos que se seguiram à invenção da imprensa. O prefácio da edição, publicada em Colônia no ano de 1480, concitava todo cristão à leitura da Bíblia, conselho este repellido por autoridades altamente colocadas. Em 1485, o mais elevado dos prelados alemães, Bertholdt, arcebispo de Mogúncia, anunciou que a língua alemã não era veículo através do qual as sublimes verdades da Escritura pudessem ser expressas com fidelidade. Nem – prosseguiu ele – era decente colocar as Escrituras nas mãos do povo inculto e simples, especialmente nas mãos das mulheres, visto serem incapazes de retirar delas seu verdadeiro ensino. Sob pena de multa de 100 florins-ouro, o arcebispo proibiu a impressão e venda de qualquer versão alemã, que não tivesse sido examinada pelos sábios doutores de Mogúncia e Erfurt – Mirbt, p. 245. Esse decreto foi tão eficiente, que

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

durante os quarenta anos que se seguiram à sua publicação, somente quatro impressões, sobre dezoito, foram permitidas. Geiler de Strasburg, falecido em 1510, às vésperas da Reforma, assumiu a atitude segundo a qual era “quase uma perversidade imprimir o texto sagrado em alemão”, comparando a bíblia nas mãos de um leigo à faca de ponta colocada nas mãos de uma criança. Quanto à Inglaterra, nenhuma porção da Bíblia apareceu em seu território, em caracteres impressos, até as traduções protestantes de Coverdale, divulgadas mais de cinquenta anos após ter Caxton estabelecido oficina impressora em Westminster, o que se deu no ano de 1476.

Os Reformadores Protestantes se apegaram firmemente às Escrituras, e, tanto quanto foram capazes, tornaram suas páginas acessíveis a todos os homens, suprimindo o que Knox e Latimer chamavam “a fome da Palavra de Deus”. Em oposição àquela atividade, as autoridades eclesiásticas não só legislaram contra o uso da Bíblia, mas puniram seu uso com pena de morte. Sob as acusações de favorecer as versões populares e de ter negado a transubstanciação, Patrick Hamilton, da Escócia, foi queimado em Santo André, em 1528. Em 1533, os bispos escoceses baixaram um decreto contra a leitura do Novo Testamento em vernáculo. Quando Tomaz Forret estava sendo queimado em Glasgow, 1540, tirou um Novo Testamento que se achava oculto no bolso e exclamou: “Este é o livro que faz todo este barulho e divergência em nossa igreja”. Um dos juízes agradeceu a Deus por nunca ter sabido o que eram o Velho e o Novo Testamento.

William Tyndale não encontrou no país natal onde imprimir seu Novo Testamento inglês e teve de abalar-se para Colônia e depois para Worms, cidade em que surgiu o primeiro Novo Testamento inglês em letra de forma. Foi um triste sinal o fato de que todos os exemplares daquele livro, que puderam ser monopolizados, ou confiscados, fossem entregues às chamas na igreja de S. Paulo, em 1529, sob a fiscalização de Tunstall, bispo de Londres. O próprio Tyndale foi estrangulado e queimado em Villevorde, após ter sido preso pelos agentes de Henrique VIII, tornando-se, assim, mártir da tradução e divulgação do Escrito Sagrado. Na França, um gravador a cujas mãos chegara um exemplar da tradução francesa de Le-Fevre, sofreu horrível martírio em Metz, no ano de 1525. Por lei de Filipe II, de 1565, destinada aos Países-Baixos, os leigos que lessem as Escrituras, se fossem homens, deviam ser queimados e, se mulheres, enterradas vivas. Segundo Motley, não só adultos, mas até crianças foram queimados vivos por aquele crime. Na Boêmia e na Hungria, assim como também na

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

polônia, durante a guerra dos Trinta Anos, os jesuítas se divertiam em destruir as bíblias em vernáculo. Um jesuíta, Koniash, gabou-se de haver queimado 60.000 livros. Em dias recentes, após as transformações da Boêmia, exemplares da Bíblia Hussita, mantidos ocultos por três séculos, estão sendo descobertos por famílias que abandonaram a comunhão romana. Por outro lado, um estudante daquele país referiu ao autor deste livro que, antes da Grande Guerra, presenciou o ato de um sacerdote a retirar uma Bíblia das mãos de seus pais e queimá-la diante dos olhos deles.

A tradução de Lutero, feita durante sua retenção em Wartburg, foi seguida por traduções em línguas da Alemanha, Suíça, França, Holanda, Inglaterra, Suécia, Itália e outras. Tyndale, seguindo a Lutero, traduziu as Escrituras diretamente do hebraico e do grego. Em seu prefácio ao Pentateuco, ele referiu como opiniões de seu tempo, correntes na Inglaterra, as seguintes: para alguns, era tido como impossível traduzir a escritura para o inglês; para outros, não era lícito que os leigos a possuíssem na língua materna; e, ainda para outros, aquelas traduções produziam revoltas contra os reis. “Deste modo, todos eles concordam – continua Tyndale – em vos afastar do conhecimento das Escrituras, em que não tendes o texto na língua materna e em conservar o mundo nas trevas, com o objetivo de imperarem na consciência do povo, através de vã superstição.”

Justificando a queima do Novo Testamento de Tyndale, Sir Thomas More declarou que a pessoa que tenha uma gota de juízo em sua cabeça e conheça o assunto, verá bem que Lutero e Tyndale “corromperam e alteraram o Novo Testamento, mudando a boa, salutar doutrina de Cristo em heresias diabólicas de sua própria invenção, de modo a tornar-se ela coisa inteiramente contrária”. O chanceler inglês passa depois a comparar a tradução inglesa de Tyndale “a um vintém de cobre, prateado por cima” e diz que, achar defeitos nela seria o mesmo que encontrar água no oceano. Os três pretensos enganos sobre que Sir Thomas se pronunciou extensamente, foram as traduções: “congregação”, representando a palavra grega *ekklesia*, igreja; “amor”, em lugar de caridade; e “senior” ou “ancião”, pelo vocábulo grego *presbyter*. Em todos estes casos se provou ser errônea a crítica. A tradução de Tyndale está de acordo com a erudição moderna. Em sua *Súplica de Almas*, More deliberadamente acusou a Tyndale, como tradutor, de falsidade, afirmando que este “havia corrompido e voluntariamente trocado o texto, em muitos lugares, por palavras que podiam parecer ao povo inculto que as Escrituras lhe confirmavam as heresias”.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Desde o princípio foi a tradução de Lutero acusada de conter muitos erros e até hoje contra ele se levantam acusações, como a de ter “mutilado o texto sagrado de maneira temerária” – *America*, dezembro de 1922. Tais acusações são igualmente infundadas. O texto que empresta aos católicos romanos alguma razão de censura é a adição da partícula “só” a Romanos 3:28: “Concluimos que o homem é justificado só pela fé, sem as obras da lei”. Os protestantes unanimemente desaprovam essa inserção que seria justificável numa paráfrase e nunca numa tradução. A inserção de Lutero não altera, todavia, o sentido se S. Paulo. O Apóstolo ensina o que a tradução expressa. Quão pequeno é o alicerce levantado sobre semelhante caso, para que se condene a tradução de Lutero, se com ele compararmos as obscuras e falsas lições da versão de Rheims! Littledale considera como falsificações intencionais certas expressões da tradução francesa impressa em Bordéus, em 1686, com aprovação do arcebispo. Eis a tradução de I Cor. 3:15: “Ele será salvo, todavia, como pelo fogo do purgatório”; e em I Tim. 4:1, temos: “O Espírito diz expressamente que nos últimos dias alguns se separarão da fé romana”.

A indiferença ou hostilidade dos meios católicos romanos para com a divulgação das Escrituras se revelaram no silêncio dos Decretos de Trento sobre o assunto e na incúria positiva em se promover uma tradução inglesa, até o aparecimento da versão de Rheims do Novo Testamento, em 1582, mais de cinquenta anos após o início da Reforma Inglesa. Quando aquela versão apareceu, o cardeal Allen disse a respeito dela: “Talvez fosse mais desejável que as Escrituras jamais tivessem sido traduzidas em línguas bárbaras. Não obstante, nos dias atuais, quando, seja da parte da heresia ou por outras causas, grande é a curiosidade dos homens, e frequentemente há muita necessidade de ler as Escrituras, para refutar os nossos oponentes, é melhor que haja uma tradução fiel e católica do que usarem os homens uma versão corrupta, para seu dano ou destruição”. Já foram dados exemplos de traduções falsas. Os seguintes exemplos mostrarão quão ininteligível ao leitor inglês deve ser a versão de Rheims: “Penso que as paixões deste tempo não são condignas à glória porvir”- Rom. 8:18. “Beneficência e comunicação não se esqueçam, porque com tais hóstias Deus é promercedo”- Heb. 13:16. Um exemplo de “Observações úteis” exaradas na versão Douai: “Teus dois seios são com dois cabritinhos monteses que são gêmeos, pastando entre os lírios – Cant. 4:5. Os dois seios devem ser entendidos misticamente, como o amor de Deus e o amor de nosso próximo, que se acham tão unidos como os gêmeos

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

que pastam entre os lírios, isto é, o amor de Deus e de nosso próximo alimentam-se dos mistérios divinos e dos santos sacramentos”.

Os pontífices, longe de darem quaisquer mostras de agrado para com as traduções da Escritura, não só deixaram de recomendar que alguma se fizesse, mas condenaram as traduções feitas à revelia de sua autoridade. Paulo IV e Pio IV, 1559 e 1564 – Mirbt, 289, 340 – tornaram dependentes de licença da Inquisição Romana a posse, leitura ou impressão da Bíblia em alemão, espanhol, inglês e outras línguas – e condenaram todas as versões feitas por acatólicos.

**§ 5. A bula “Unigenitus”.** – O terceiro período de oposição à livre leitura da Bíblia se concentrou em um dos mais famosos decretos papais – a bula *Unigenitus*, publicada por Clemente XI em 1713. Contra Quesnel e os Jansenistas, que tentavam garantir a circulação irrestrita do Livro, o pontífice explicitamente, embora em forma negativa, denunciou três proposições: que a Bíblia se destinasse a ser lida por todos; que um dos melhores meios de santificar o dia do Senhor fosse pela sua leitura; e que a ocultação dela, venha a ser, de fato, fechar a boca de Cristo. A bula apresentou as obscuridades do livro como razão bastante para que sua circulação se restrinja, e a simplicidade das mulheres – *simplicitas* – como razão de ser o livro subtraído a elas. Meio século depois, em 1786, Pio VI, referindo-se ao edito de Clemente, outra vez apresentou a apregoada obscuridade da Bíblia como razão suficiente para que ela fosse negada ao povo.

**§ 6. Os papas e as Sociedades Bíblicas.** – A fundação da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, em 1804, e da Sociedade Bíblica Americana, em 1816, abre o quarto período na história das condenações papais das traduções da Bíblia. Começando com Pio VII, 1816, pontífice sobre pontífice têm-se prontificado em condenar todas as versões não aprovadas pela sé romana. Sem explicitamente condenarem a livre divulgação da Bíblia, eles têm uniformemente anatematizado como pestes e infecções venenosas as versões das Sociedades Bíblicas. Pio VII considerou as sociedades como “a mais astuta das invenções, pela qual se abalam os fundamentos da religião”, e exortou os bispos a tornarem notória a “malevolência de seu perverso intuito”. O pontífice seguinte, Leão XII, 1824, repetiu a declaração de serem as Sociedades uma peste e comparou suas versões a “pastagens venenosas”. Leão concluiu a sua bula cometendo ao clero a batalha do Senhor, sob pena de em seus rebanhos “ser difundida



## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

essa fatal espécie de veneno, apropriado especialmente a matar o ignorante”- *ne vestro grege exitiale id genus virus ad imperitorum praesertim necem diffundatur*. Pio VIII, 1829, outra vez tratou as versões protestantes como “veneno, que produz a morte”. Gregório XVI, 1844, arrolou as Sociedades Bíblicas com as Missões Protestantes entre os pagãos e mais a Aliança Evangélica, como agências que pretendem propagar o nome cristão, apesar de deixarem de fora os preceitos instituídos por Cristo”. Seguindo as pegadas de seus antecessores, Pio IX, a 9 de novembro de 1846, falou “das astuciosas Sociedades Bíblicas, que, renovando o antigo hábito dos heréticos, não cessam de impingir suas bíblias a todos os homens, mesmo aos incultos; livros que têm sido traduzidos em contravenção às leis da igreja, e abrigando, com freqüência, lições falsas, destarte repudiando as tradições divinas, os ensinamentos dos Padres e a autoridade da Igreja”. Em seu *Syllabus* de 1864, Pio levou sua cortesia eclesiástica até o ponto de colocar na mesma categoria do comunismo, socialismo e outras pestilências, as Sociedades Bíblicas. Em todas essas oportunidades nenhum dos pontífices se dignou de indicar um caso sequer de má tradução.

Melhores coisas eram de se esperar de Leão XIII. Em várias encíclicas esse pontífice esclarecido expressamente tratou do material das Escrituras por estudantes e também do uso das Escrituras em traduções. Em sua encíclica *Providentissimus*, publicada em 18 de novembro de 1893, expressou o ardente desejo de que maior porção do clero se dedicasse à leitura diligente e ao estudo do volume sagrado e à exposição dele. Encareceu o uso da Vulgata como texto autorizado, mas ao mesmo tempo recomendou o uso dos originais hebraico e grego, nos pontos em que acontecesse ser obscura a Vulgata. Apesar da esperança que tal atitude inspirava, Leão, a 25 de janeiro de 1897, colocou na lista de livros proibidos, as versões publicadas pelas Sociedades Bíblicas, “condenadas”, disse ele, “mais de uma vez por seus predecessores”. Por outro lado, a 13 de dezembro de 1898, prometeu a todos os fiéis leitores dos Evangelhos, que o fizessem ao menos um quarto de hora por dia, 300 dias de indulgência. Deste e de outros modos, ele imprimiu forte sinal de aprovação pontifícia ao uso das Escrituras em linguagem acessível ao leitor.<sup>4</sup> Em 1902, o papa foi mais longe, reconhecendo a Pia Sociedade de S. Jerônimo para a Divulgação dos Santos Evangelhos, cujo objetivo era fazer circular as Escrituras em italiano. No terceiro aniversário da Sociedade, o padre Giovanni Genocci aludiu ao fato de 300.000 exemplares terem sido postos em circulação até aquela data, e exclamou: “Mas o que

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

são eles, em comparação com os milhões sobre milhões de exemplares da Bíblia espalhados através do mundo pela Sociedade Bíblica Britânica!”

Os decretos de Leão, nos pontos em que eram liberais, foram postos à margem por seu sucessor, Pio X. Em 1907, Pio proibiu que a Sociedade de S. Jerônimo prosseguisse em sua tradução dos Evangelhos e Atos. Revigorou a regra contra a interpretação privada das Escrituras e, em sua encíclica *Barromeo*, de 26 de maio de 1910, outra vez vibrou uma cutilada nas traduções publicadas pelos protestantes, declarando-as uma adulteração da Palavra de Deus e um furto, aos fiéis, do pão da vida. A legislação da igreja romana, como vem definida no Código de Direito Canônico de Bento XV – 1385, 1391, 1399 – proíbe a publicação do texto bíblico ou qualquer versão em vernáculo, sem permissão do sumo pontífice ou de um bispo, e, equiparando as versões não autorizadas pela igreja romana a os livros que defendem o duelo, o divórcio e a ordem maçônica – coloca seus autores e impressores sob excomunhão.

A partir de 1804 e até 1º de março de 1927, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira publicou 375.000.000 de exemplares da Escrituras, ou partes delas, em 593 línguas e dialetos, tendo havido um aumento de mais de 200 línguas a contar de 1900. Durante os 111 anos de sua história, até o fim do ano de 1926, a Sociedade Bíblica Americana publicou 184.028.960 bíblias, ou partes da Bíblia em 168 línguas e dialetos, dos quais 108 se falam fronteiras a dentro dos Estados Unidos. Durante o ano de 1926, sua produção foi de 359.989 bíblias, 654.043 Novos Testamentos e 8.893.329 porções do volume sagrado. As centenas de línguas para as quais o livro tem sido traduzido pelas duas organizações, incluem os idiomas dos povos mais remotos das ilhas dos mares do sul e as distantes tribos da África. Está em gritante contraste com essa atividade o quase completo insucesso dos missionários romanos em porem a Bíblia numa língua moderna sequer.

**§ 7. Os usos nos Estados Unidos.** – A igreja romana nos Estados Unidos dá sinais de abrandamento da regra contra o uso da Bíblia. O Segundo Concílio Plenário de Baltimore, 1866, ordenou o uso da versão Rheims-Douai em sua forma melhorada, de modo que os leitores de língua inglesa pudessem ter “o alimento incorrupto da Palavra de Deus”. No terceiro Concílio, 1884, foi apresentada uma proposta, no sentido de se preparar uma nova versão inglesa, mas semelhante alvitre foi rejeitado por pequena maioria. Durante a Grande Guerra, uma edição especial do Novo Testamento

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

de Rheims, encadernada de cáqui e impressa para soldados e marinheiros americanos, trazia notável prefácio do cardeal Gibbons. O pequeno volume continha orações a serem usadas antes depois da leitura do Testamento e também a indulgência concedida por Leão XIII a todos os que empregassem um quarto de hora por dia na leitura dos Evangelhos.

A Bíblia inglesa veio com os primitivos colonos protestantes. Os Peregrinos e Puritanos encaravam o volume como a Carta de suas liberdades e o guia da vida diária. O exemplar do Governador William Bradford, que ele trouxera consigo no “Mayflower”, ainda se conserva, e a inscrição hebraica gravada sobre o mármore branco que recobre os restos do Governador, lembra ao visitante que nos últimos anos de sua vida ele estudava o hebraico, com o objetivo, dizia ele, de aprender a ler as próprias palavras que foram transmitidas a Moisés e aos Profetas, “na língua que os anjos usam”. Um dos monumentos da literatura americana é a tradução do Velho e Novo Testamento em língua dos índios, feita por João Eliot e impressa em Cambridge, Massachussets, 1661, 1663. As tropas de Cromwell levavam consigo para a batalha a Bíblia de Bolso para Soldados, impressa em 1643, contendo certo número de textos, quase todos extraídos do Velho Testamento. No momento crítico da Convenção que estruturou nossa Constituição nacional, Franklin, em meio de um notável discurso, citou as Escrituras: “A não ser que o Senhor edifique a casa, será em vão o trabalho dos que a edificam”. Nas primeiras palavras transmitidas por meio de cabo submarino, pela Rainha Vitória, figuravam palavras da Escritura.<sup>5</sup>

O Governo Americano tem, por vários modos, reconhecido a Bíblia. Em 1777, o Congresso Provincial ordenou que 20.000 exemplares fossem importados da Holanda para suprirem as necessidades dos colonizadores. Os presidentes dos Estados Unidos prestam juramento de investidura no cargo sobre o Volume Sagrado. Lincoln citou a Bíblia em sua segunda posse. Em 1876, o Presidente Grant enviou aos alunos da Escola Dominical do país esta mensagem: “Apegai-vos à Bíblia como à âncora mestra de vossas liberdades. Gravai seus preceitos em vossos corações e praticai-os em vossas vidas”. O Presidente Garfield prestou juramento do cargo sobre a Bíblia de sua mãe, e Coolidge, em 1925, sobre a da família Coolidge. Quando o Presidente Harding prestou juramento, colocou o dedo sobre Miquéias 6:8: “Que requer de ti o Senhor, senão que pratiques a justiça, ames a misericórdia e andes humildemente com teu Deus?” Uma de suas últimas mensagens diz: “Creio que, sob todos os pontos de vista, o estudo da Bíblia

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

é um dos mais nobres a que os homens se possam devotar e que, à proporção em que eles a conheçam e compreendam, serão melhores sua vida e suas ações”.<sup>6</sup> O Presidente Harrison e o vice-Presidente Marshall, assim como altas autoridades do Estado, têm sido professores de classes bíblicas. Para os protestantes, foi uma declaração desconcertante a que fez o cardeal Wiseman, ao dizer: “Não distribuimos a Palavra indiscriminadamente a todos, porque o próprio Deus não fez assim. Ele não fez da leitura parte essencial da constituição do homem, nem uma faculdade congênita, nem uma cláusula de salvação, nem uma condição de Cristianismo. A audição é que Deus fez para tal”. Ao cardeal contrapomos Jerônimo, que traduziu as Escrituras para todos os que pudessem ler o latim. Em seu prólogo ao livro de Isaías, escreveu ele: “A ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo”.

A apreciação protestante do valor das Escrituras para todo homem que queira ler e, em consequência, o direito de todo homem à posse delas em sua própria língua, foi belamente expressa na inscrição composta pelo Presidente Wilson, para as Bíblias dadas a soldados e marinheiros, durante a guerra de 1914-18: “A Bíblia é a palavra da vida. Lede-a, eu vos rogo, e o verificareis por vós mesmos. Quanto mais alerdes mais claras se vos tornarão as coisas que valem a pena e as que não valem, as coisas que fazem os homens felizes – a lealdade, procedimento correto, amor à verdade, prontidão no darem tudo por aquilo que julgarem ser de seu dever, e, acima de tudo, o desejo de terem a real aprovação de Cristo, que tudo lhes deu – e as coisas que certamente tornam o homem infeliz – o egoísmo, a covardia, a cobiça e tudo quanto é baixo e vil. Quando tiverdes lido a Bíblia, conhecereis que ela é a Palavra de Deus, porque tereis encontrado a chave de vosso próprio coração, vossa felicidade e vosso próprio dever”.

### **Bibliografia e Notas**

1. Para a exposição de Belarmino acerca de Pss. Vide Dollinger-Reusch, *Selbstbiogr.* p. 181. Sobre a Vulgata, vide Berger: *Hist. de la Vulgate*; Art. *Vulgate* in *Hastings Bible Dict. e Enc. Cat.*

2. O Test. Ital., ed. Em Milão, 1924, diz: “*La discendenza dela donna è in generale l'uomo genere, ma principalmente il Salvatore Gesù Cristo.* A nota da versão Douai é: “*ipsa*, a mulher. Assim alguns dos Pais leram acomodando-se ao latim. Outros

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

lêem *ipse*, isto é, a semente. O sentido é o mesmo, porque é por sua semente, Jesus Cristo, que a mulher esmaga a cabeça da serpente”.

3. Segundo Miss Deanesly, pp. 185, 333, há somente cinco casos conhecidos de sacerdotes ingleses que, depois de 1408, possuíram exemplares da Bíblia inglesa e não há registro de um só clérigo inglês, antes daquela data, que possuísse uma tradução anglo-saxã, inglesa ou francesa. Vide Workman, *Life of Wyclif*, 2:190 e ss..

4. Por volta de 1907, não menos de 880.000 exemplares dos evangelhos e Atos em italiano tinham sido publicados. A 210ª. ed. Saiu da imprensa do Vaticano em 1923, contendo a indulgência de Leão XIII e as cartas de Pio X e Bento XV. Em 1919, a trad. do prof. Luzzi foi pelos Valdenses colocada em lugar da Diodati, de 1607. Pio XI recomendou a circulação das Escrituras numa carta ao arcebispo Lepicier, 1924. Vide *Cath. Hist. Rev.*, julho de 1924.

5. Levantaram-se objeções à publicação de uma trad. gaélica da Bíblia pela Sociedade para a Propagação do Conhecimento de Cristo, com fundamento em que tal coisa seria estimular a perpetuação daquela língua, tendo o dr. Samuel Johnson replicado: “Não espero que, numa assembleia reunida para a propagação do Conhecimento de Cristo, possa constituir dúvida o saber-se se alguma nação destituída de instrução religiosa deva receber instrução, ou se aquela instrução deva ser-lhe transmitida através de uma tradução dos livros sagrados em sua própria língua”. Ele acabou por comparar qualquer ocultação da Bíblia ao ato de extinguirem os homens a luz do farol, quando há navios em perigo de irem sobre as rochas.